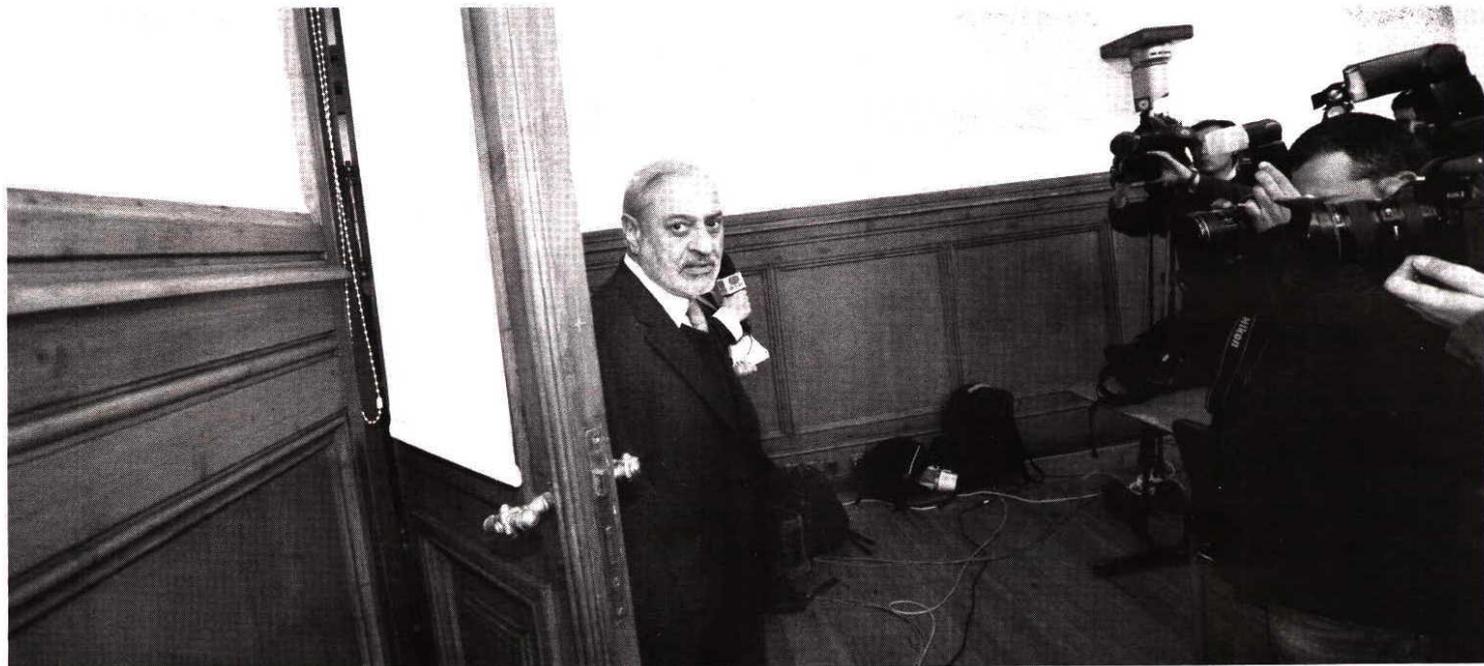




# **Biblioteca da Assembleia da República**

## **DOSSIER DE IMPRENSA**



**Abdool Vakil** | O antigo presidente interino do BPN diz que sempre esteve disponível para informar Miguel Cadilhe sobre o que sabia relativamente ao banco.

**BANCA**

# “BPN precisava de intervenção. Se era a nacionalização, é um problema político”

Depoimento de ex-presidente interino do banco marcada pela ausência de críticas

**Maria João Gago**  
mjgago@mediadin.pt

Abdool Vakil, antigo presidente interino do Banco Português de Negócios (BPN), não tem dúvidas de que a instituição “precisava de uma intervenção”. E, ao contrário do que defende Miguel Cadilhe, seu sucessor no BPN, não recusa que essa intervenção passasse pela nacionalização do banco. “Se era uma nacionalização ou não, era um problema político”, afirmou na sexta-feira perante os deputados da comissão de inquirição à actuação estatal.

A audição de Vakil distanciou-se ainda da de Cadilhe pela ausência de críticas ao Banco de Portugal (BdP), ao Governo e até à gestão de José de Oliveira Costa, de que apenas disse ser “centralizadora”.

O gestor que liderou o BPN entre Fevereiro e Junho de 2008 concentrou as suas respostas aos deputados naquilo que fez, ao longo daqueles quatro meses. “Quando iniciei funções havia 157 pedidos do supervisor pendentes de resposta. Durante a minha liderança respondi a 121 e recebi mais de 100. (...)”



**Não posso comentar a actuação do BdP, nem faço juízos de valor. Infelizmente, têm acontecido problemas pelo mundo fora.**

**Abdool Vakil**  
Presidente do Banco Efisa

No dia em que fui ao BdP depois de ser presidente, o vice-governador começou ao ataque, estava muito zangado porque estava farto de não ter respostas. Mas eu pedi calma pois queria entrar numa nova página da relações com o supervisor”.

Apesar de, como revelou o próprio Abdool Vakil, muitos dos pedidos de elementos do BdP ao BPN datarem de 2004, o gestor não se pronunciou sobre a falta de actuação do supervisor entre esse momento e meados de 2008. “Não posso comentar a actuação do BdP, nem faço juízos de valor. Infelizmente, têm acontecido problemas pelo mundo fora, como aconteceu com o caso Madoff. Não que esteja a defender o BdP”.

O também líder do Efisa, banco de investimento do BPN, afirmou que durante o período em que foi presidente foram detectadas as relações entre o banco e o cabo-verdiano Insular. No entanto, diz ter sido impedido de “tomar medidas mais definitivas”, como a realização de auditoria extraordinária, pelos accionistas do banco, que disseram que tal seria feito pela nova administração. “Apresentei informação relevante aos accionistas”, garantiu.

Abdool Vakil referiu ainda que sempre se mostrou disponível para dar toda a informação recolhida durante o seu mandato ao seu sucessor. “Além de ter ouvido a minha intervenção na assembleia geral de 20 de Junho, Miguel Cadilhe pediu-me uma cópia. Depois disso, apenas me pediu conselho sobre a contratação da Morgan Stanley. Estive sempre à disposição para tudo”.

**FRENTE-A-FRENTE ENTRE ANTIGOS PRESIDENTES DO BPN**

## Abdool Vakil

• “Não tenho nada a ver com [o interesse de árabes na compra do BPN]. O BdP contactou-me porque recebeu uma carta de um advogado falando do interesse de um príncipe árabe. Entrei em contacto com a pessoa mas percebi que não havia nenhuma proposta concreta”.

• “Logo que tomei posse [em Fevereiro], o presidente do Insular veio ter comigo para falar sobre ‘operações voadoras’, registadas nas suas costas”, afirmou Vakil, adiantando que, “na véspera de sair do BPN [Junho] fui ao BdP falar sobre irregularidades do Insular”.

• “Fui convidado por quatro accionista que depois me disseram que não podia tomar medidas extraordinárias como pedir uma auditoria. Só não sei porque o sector financeiro se baseia na confiança e a imprensa iria dizer que o banco está tão mal que até o líder interino sai”.

• “Não é verdade que não há actas no BPN, podiam era estar atrasadas... Na Sociedade Lusa de Negócios é que não sei. Nos conselhos de administração do BPN a que assisti, e que reuniam semanalmente, havia actas”.

## Miguel Cadilhe

• “A proposta de capitalistas árabes nunca se concretizou (...) mas surgiu sempre em momentos cruciais, ou antes de aceitar o cargo [de líder do BPN], ou porque estava a decorrer a Operação Cabaz, ou porque íamos fazer a AG... lá vinha uma proposta do mundo árabe”.

• “Não conseguimos assumir, sem riscos jurídicos, a titularidade do Insular. Formalmente, o Insular é detido por pessoas singulares. O Insular correu mal. Se tivesse corrido bem, tenho dúvidas de que os seus accionistas viessem atribuir a sua titularidade ao BPN”.

• “Quando fui convidado impus várias condições, entre as quais a realização de uma auditoria extraordinária e independente. A auditoria foi feita exclusivamente por nossa iniciativa e pergunto-me porque é que o BdP não a fez antes perante os indícios que havia”.

• “Surpreende-me que quem tem de fazer supervisão não se tenha apercebido que o grupo BPN não tivesse feito reuniões e haja registo de poucas actas. Desde que assumimos funções até à nacionalização, havia reuniões e actas dessas reuniões todas as semanas”.

**Árabes**  
Interesse na compra do BPN

**Insular**  
De quem é a titularidade do banco

**Auditoria**  
Levantamento sobre o grupo e suas perdas

**Actas**  
Havia provas das reuniões da gestão?



## ABDOOL VAKIL NA COMISSÃO PARLAMENTAR DO BPN

# 157 perguntas de Constâncio estavam por responder

**Q**uando deixou a presidência do BPN, José Oliveira e Costa tinha em cima da sua secretária 157 pedidos de informação enviados pelo Banco de Portugal (BdP) e que ficaram sem resposta. O número foi avançado ontem por Abdool Vakil – que substituiu Oliveira e Costa em Fevereiro de 2008 – aos deputados da comissão de inquérito parlamentar que investiga a nacionalização da instituição.

Segundo o presidente do banco Efisa, as questões colocadas por Vítor Constâncio diziam respeito a “garantias de crédito concedidas pelo BPN, a acções da SLN sem beneficiários identificados e veículos *offshore* ligados ao banco”. Vakil garantiu ainda que nos 4 meses em que presidiu a instituição

respondeu a 121 destas questões.

Questionado acerca da ligação entre o BPN e o Banco Insular, Vakil referiu que apenas teve a confirmação de que a instituição pertencia ao grupo BPN em Junho (data em que esta informação foi comunicada ao BdP), através de uma *offshore* norte-americana ligada ao BPN e a que pertence o Banco Insular.

Contudo, um documento datado de Março apresentado por Nuno Melo, do PP, revela que esta instituição já fazia parte de uma “lista de problemas” do banco português, tendo inclusivamente Abdool Vakil apresentado nesse mesmo documento uma proposta de venda do Insular.

JOÃO CRISTÓVÃO BAPTISTA



ID: 23483320

17-01-2009 | Economia



Cem por Cento  
Nicolau Santos

nsantos@expresso.pt

## O furibundo dr. Cadilhe

Miguel Cadilhe foi ao parlamento arrasar o Governo e o Banco de Portugal — e quase todos os nossos ilustres deputados abanaram a cabeça, como se a verdade do ex-ministro das Finanças de Cavaco Silva fosse a única e à prova de bala.

Ora o dr. Cadilhe tem razões que a razão conhece: está furibundo porque lhe nacionalizaram o banco que ele se considerava capaz de salvar. Pode ou não ter razão. Nunca o saberemos. O que sabemos de ciência certa é que o dr. Cadilhe queria 600 milhões do Estado, a remunerar a uma taxa baixíssima e com um largo período de carência para atingir o seu desiderato. O ministro das Finanças entendeu que esse não era o plano que melhor defendia os contribuintes. A seu favor Teixeira dos Santos tem o facto da Caixa Geral de Depósitos já ter metido na instituição praticamente o dobro do que Cadilhe pretendia. Conclusão: ou o dr. Cadilhe é um supergestor ou as contas que elaborou estavam dramaticamente erradas.

Diz o dr. Cadilhe que houve motivos políticos que levaram o Governo a decidir-se pela nacionalização. Lamentavelmente, não explicou quais. Era para proteger quem? O dr. Dias Loureiro? O genro do sr. Aznar? A Presidência da República? Seria muito bom que Cadilhe dissesse o que leva um Governo do Partido Socialista a proteger um conjunto de pessoas, por acaso todas ligadas ao Partido Social-Democrata.

Atira-se o dr. Cadilhe à supervisão, que terá falhado de forma grave e demorada. Primeiro, recordemos o dr. Cadilhe que ele integrou a administração do BCP, onde nas suas barbas terão sido criadas 17 *off-shores* e feitas várias operações ilegais de compra de acções próprias, sem que alguma vez tenha dado por isso. Extraordinário!

Com a convicção que o caracteriza, o dr. Cadilhe avoca para si a glória de ter colocado ponto final a todas as malfetorias no BPN, de ter elaborado o inventário dos prejuízos, de ter feito a denúncia às autoridades. Aqui, mais uma vez, os nossos deputados esqueceram-se de lhe perguntar como é que então comentava as palavras do procurador-geral da República, ouvido na mesma Câmara, segundo as quais foram as denúncias entregues pelo Banco de Portugal que permitiram ao Mi-

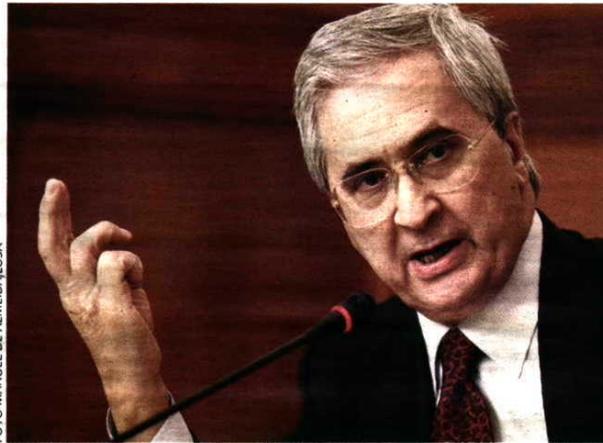


FOTO MANUEL DE ALMEIDA/LUSA

nistério Público avançar nos processos contra a administração do BPN, que concluíram na prisão preventiva de Oliveira Costa. E os nossos deputados esqueceram também o que Vítor Constâncio lhes provou: que foi Abdool Vakil, através de uma carta enviada a 2 de Junho de 2008 ao Banco de Portugal, que confirmou que o Banco Insular pertencia ao BPN e que existia um balcão virtual, por onde se terão escoado €750 milhões em operações fraudulentas. E que por carta de 4 de Junho, o Banco de Portugal obrigava o BPN a meter toda esta situação no balanço e a certificar as contas através de um auditor externo.

Queixa-se o dr. Cadilhe que o Banco de Portugal o deixou tomar posse sem

o avisar do que ia encontrar no BPN. Esquece-se o dr. Cadilhe que o BdP não o podia informar de nada que se passava no banco antes de tomar posse, sob pena de falha legal grave, em matéria deontológica e de sigilo profissional. Mas ou estamos enganados ou Oliveira Costa é amigo e foi secretário de Estado do dr. Cadilhe, quando este foi ministro das Finanças? Não lhe telefonou? E os accionistas que o convidaram não lhe disseram nada? E porque nunca falou o dr. Cadilhe com o anterior presidente, Abdool Vakil? Isso sim, não é uma falha gravíssima?

O problema é que o dr. Cadilhe, que tinha perdido as eleições para dirigir o BCP, estava deseioso de mostrar ao mundo em geral, e a Portugal em particular, as suas enormes qualidades como banqueiro e tinha a certeza absoluta de que conseguiria tirar o banco do buraco onde ele estava, fosse o que fosse que lá encontrasse.

Como as coisas não correram como planeou, o dr. Cadilhe está furibundo e dispara para todos os lados para provar que, com ele à frente da instituição, o futuro seria radioso. Infelizmente, não vai ser possível comprovar as certezas do dr. Cadilhe. Mas com tantos bancos em situação periclitante, é de esperar que dentro em breve o dr. Cadilhe volte a ser chamado a salvar uma instituição. E aí é que o mundo vai ver a injustiça que contra ele foi feita no caso BPN!

**Cadilhe nunca falou com o anterior presidente do BPN, Abdool Vakil. Porquê? E os accionistas que o convidaram nunca lhe disseram o que iria encontrar no BPN? Quem não o podia informar era o BdP antes de tomar posse, sob pena de falha deontológica grave**



# 'Buraco' do BPN duplicou para 1,3 mil milhões de euros

Miguel Cadilhe avaliou as imparidades do BPN em cerca de **700 milhões de euros**, mas nova auditoria revela que crise financeira agravou situação do banco

**LUÍS ROSA**  
luis.rosa@sol.pt

O 'BURACO' das contas do BPN aumentou de 700 milhões para 1,3 mil milhões de euros. Esta quase duplicação resulta de uma nova auditoria realizada pela Deloitte e entregue à administração de Francisco Bandeira na primeira semana do ano.

Ao que o *SOL* apurou, este novo número tem quatro explicações simples: alavancagem dos fundos imobiliários detidos pelo BPN, perdas em produtos estruturados, activos sobreavaliados e a própria nacionalização do banco que fez desvalorizar a Sociedade Lusa de Negócios (SLN), a ex-holding do grupo BPN – logo os créditos que a SLN tem no banco são alvo de imparidades.

As duas auditorias ordenadas por Miguel Cadilhe, presidente do banco entre Julho e Novembro de 2008, ao Banco Insular (sociedade detida clandestinamente pelo BPN) e à SLN tinham detectado perdas globais na ordem dos 700 milhões de euros. Contudo, Cadilhe tinha consciência de que a crise financeira global poderia agravar substancialmente o valor do 'buraco' das contas do BPN. Foi o que aconteceu.

Em primeiro lugar, os fundos imobiliários do banco, área onde o BPN

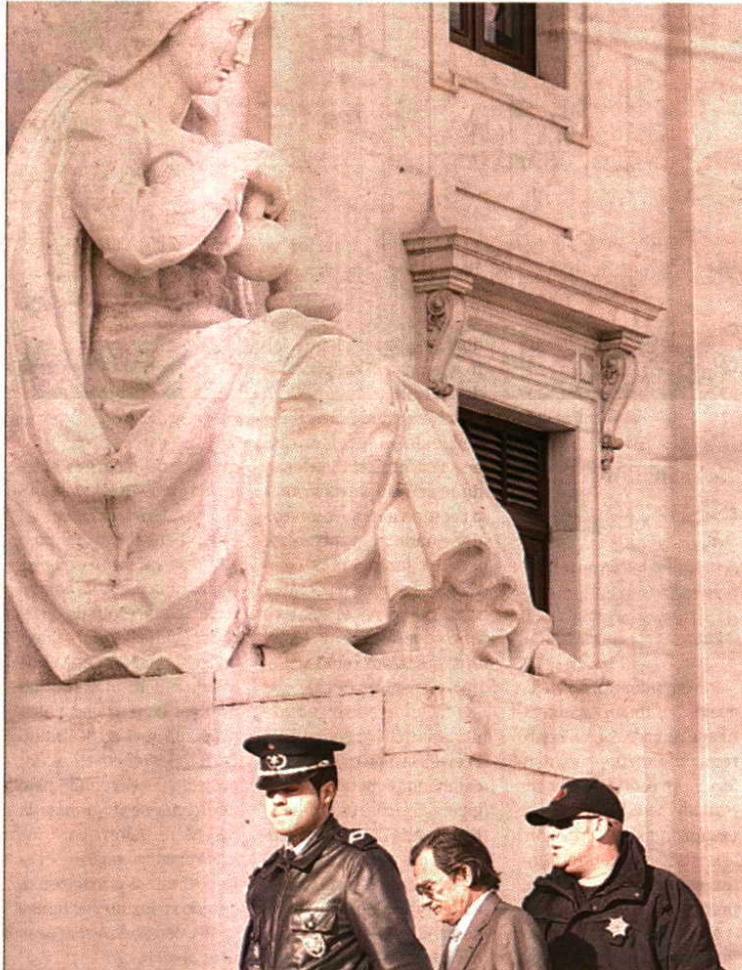
## DELOITTE

**A consultora** explica o 'buraco' no BPN com a alavancagem dos fundos imobiliários, activos sobreavaliados e a desvalorização da SLN devido à nacionalização

sempre apostou, foram seriamente afectados ao longo do ano passado com a forte desvalorização dos mercados imobiliários. Ou seja, o valor de aquisição desses activos foi substancialmente superior ao valor de mercado actual. Por outro lado, a queda das bolsas mundiais levou a perdas financeiras de participadas do BPN que tiveram que ser devidamente contabilizadas.

Face a uma série de negócios detectados pela equipa de Miguel Cadilhe, onde os activos, segundo os auditores, se encontravam claramente sobreavaliados – como aconteceu em alguns negócios imobiliários que o *SOL* já revelou –, a Deloitte ficou encarregue de reavaliar os mesmos em baixa. O que fez agora.

Por último, o novo 'buraco' de cerca de 1,3 mil milhões de euros teve ainda o 'contributo' do Governo e da sua decisão de nacionalizar o BPN em Novembro do ano passado. Ao que o *SOL* apurou, a



Oliveira e Costa deslocou-se esta semana ao Parlamento | LUSA

Deloitte considera que a nacionalização complicou a situação financeira do BPN e, por arrasto, da SLN. Porque? Pela simples

razão de que os créditos que a primeira tem no banco sofreram automaticamente imparidades devido à desvalorização da

SLN com a retirada do BPN do seu universo.

## Cadilhe ataca Governo e Vítor Constâncio

Entretanto, os trabalhos da Comissão de Inquérito ao BPN e à supervisão do Banco de Portugal (BdP) conheceram esta semana as primeiras inquirições. À hora do fecho desta edição, Miguel Cadilhe tinha acabado de ser ouvido, tendo correspondido às expectativas criadas pelos deputados da oposição. O ex-presidente do BPN acusou o Governo de ter tra-

vado as investigações internas da sua administração com a nacionalização do banco. «Quando pela primeira vez em anos, um conselho de administração está em contra-maré, identifica imparidades, trava pela primeira vez práticas ilícitas e negócios ruins, começa a identificar os responsáveis e a entregá-los à Justiça... vem o Governo e usa a bomba atómica. Com a nacionalização fomos travados nesse percurso. Nós achamos que não foram razões económicas e financeiras» que levaram José Sócrates e Fernando Teixeira dos Santos a nacionalizarem o BPN, concluiu Cadilhe.

O ex-ministro das Finanças fez ainda acusações a Vítor Constâncio e ao BdP que levaram o deputado do CDS, Nuno Melo, a dizer que ficaram comprovadas as falhas de supervisão do banco central. Quando assumiu funções, Cadilhe disse que «sabia que havia problemas sérios, mas não sabia da sua situação financeira e patrimonial, nem da densidade, do grau de incidência, do carácter sistemático de práticas evasivas, de negócios ruins, se que tivessem sido detectados e travados por quem tinha deveres de o fazer», afirmou, numa referência ao BdP.

No dia anterior, as audições tinham sido inauguradas por Oliveira e Costa, fundador e presidente do BPN de 1998 a 2008. Constituído arguido pelo Ministério Público (MP) por suspeitas, entre outros crimes, de gestão danosa, Oliveira e Costa usou o direito do silêncio conferido pela lei processual penal.

## Plano de Recuperação entregue ao Governo

A administração de Francisco Bandeira entregou na passada quarta-feira ao Ministério das Finanças o plano de reestruturação do BPN. De acordo com a Agência Lusa, o futuro do banco criado por Oliveira Costa em 1998 poderá passar por uma divisão dos seus activos e respectiva venda. O Montepio Geral poderá comprar as agências bancárias (operação na qual já mostrou interesse), enquanto os espanhóis do Sabadell

poderão estar interessados em ficar com os serviços centrais. O negócio da banca de empresas poderá ser vendido à Caixa Geral de Depósitos (CGD) – a entidade que mais tem contribuído para a recapitalização do BPN. Outra hipótese em cima da mesa é a CGD absorver o universo BPN, fazendo desaparecer a marca – que, segundo declarações de Francisco Bandeira ao *Jornal de Negócios*, «carece de confiança». L.R.



# 'Buraco' do BPN sobe a 1,3 mil milhões

## Auditoria da Deloitte aponta para perdas maiores

UMA nova auditoria da consultora Deloitte, entregue na passada semana à administração de Francisco Bandeira, revela que o 'buraco' do BPN subiu dos 700 milhões indicados por Miguel Cadilhe para

1,3 mil milhões de euros.

Esta quase duplicação é explicada pelos consultores com os activos sobreevaliados (bens que eram comprados acima do valor real de mercado), as perdas financeiras de empresas

participadas do BPN, devido à queda das bolsas mundiais, e a forte desvalorização dos mercados imobiliários, que provocou uma diminuição abrupta do valor dos fundos institucionais do banco. » **CONFIDENCIAL**

BANCA ■ ADBOOL VAKIL ESTAVA INIBIDO PELOS ACCIONISTAS DE REALIZAR AUDITORIAS

# Vítor Constâncio ameaçou BPN

■ Ex-presidente do Banco Português de Negócios fala numa relação de crispação entre a supervisão e a instituição e refere 157 pedidos sem resposta

● PEDRO H. GONÇALVES

**A**bdool Karim Vakil garantiu ontem que havia uma relação de “crispação” e “deteriorada” entre a administração do Banco Português de Negócios (BPN) liderada por Oliveira e Costa e os órgãos de supervisão, em particular o Banco de Portugal (BdP). O presidente interino do BPN afirmou que quando assumiu a gestão do BPN havia 157 pedidos por responder ao BdP e que durante os quatro meses de presidência recebeu mais de cem novos pedidos, entre ameaças de “medidas coercivas”.

Abdool Vakil, que esteve à frente do BPN antes de Miguel Cadilhe, explicou aos deputados da comissão de inquérito à supervisão bancária na instituição que, quando foi ao BdP depois de ter sido empossado, “o vice-governador quase começou ao ataque, e estava muito zangado porque estava farto de não ter respostas”. O responsável adiantou ainda que o supervisor “ameaçava com sanções, como a impossibilidade de angariar depósitos ou a de fazer operações de crédito”.

O CDS-PP não ficou agradado por descobrir que o BdP tivesse ficado tanto tempo sem respostas. “Como é possível a supervisão estar desde 2004 sem respostas, em crispação, e não intervir a nenhum nível?”, inquiriu o deputado centrista Nuno Melo.

O presidente interino do BPN entre Fevereiro e Junho de 2008 revelou ainda que estava “inibido de tomar quaisquer medidas, inclusive de auditoria, enquanto não fosse o presidente efectivo”. So-



Abdool Karim Vakil não se escusou a qualquer pergunta dos deputados da comissão parlamentar de inquérito

bre o Banco Insular, Vakil revelou que durante anos desconheceu as ligações entre a Sociedade Lusa de Negócios (SLN) e o Banco Insular de Cabo Verde. Mas num documento interno datado de Março de 2008, revelado pelo CDS-PP, o grupo admitia que o Banco Insular era “um problema”.

Vakil afirmou ainda que fez uma proposta para comprar o Banco Efisamas que nunca obteve resposta. Em comunicado, a SLN nega, e garante que a proposta foi rejeitada devido ao seu preço “inaceitável”. Decisão esta comunicada pessoalmente por Cadilhe a Vakil. ■

## 🔍 PORMENORES

● **SLN**  
**A Sociedade Lusa de Negócios (SLN) admitiu num documento aos accionistas, de Março de 2008, semelhanças entre a situação no grupo e o caso BCP, devido à posse de acções próprias por empresas 'offshore' detidas pela SLN.**

● **AJUDA RECUSADA**  
O ex-presidente do BPN garantiu que esteve “sempre à disposição para tudo” depois de ter passado a pasta a Miguel Cadilhe mas que este nunca lhe pediu ajuda.

## BdP só comenta acusações na Assembleia

● O Banco de Portugal (BdP) escusou-se ontem a comentar as declarações de Miguel Cadilhe na comissão de inquérito ao BPN, na qual acusou o regulador de “falhas graves” de supervisão, remetendo explicações para “a sede própria”. “Qualquer comentário que o Banco tenha a fazer fá-lo-á na sede própria neste caso concreto – e, como tem sido habitual, na comissão parlamentar”, disse à Lusa fonte oficial do BdP. Miguel Cadilhe considera que se o BdP tivesse feito o que devia os actuais problemas do BPN não teriam acontecido. ■



17-01-2009

Tiragem: 69575

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

Pág: 48

Cores: Cor

Área: 5,05 x 5,51 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1



## Cravinho **contra** as *offshores*

JOÃO Cravinho defende um ataque «ao problema das *offshores*» para combater a actual crise financeira. As *offshores*, afirma, traduzem uma «prática de malfeteiros» e estiveram no centro dos casos BCP e BPN. Cravinho diz ainda que, «se a crise durar para além de 2009, não é de excluir baixar o IVA».



SOCIEDADE LUSA DE NEGÓCIOS

Negociações Oliveira Costa apresentou várias propostas de compra do grupo

# Estado convidado a entrar na SLN

Texto PEDRO LIMA e ISABEL VICENTE  
Ilustração MIGUEL SEIXAS/WHO

O Estado apoia a Sociedade Lusa de Negócios (SLN) ou o grupo vai à falência, levando consigo uma série de empresas e cerca de quatro mil funcionários para o desemprego. É esta a convicção de alguns dos accionistas de referência da SLN, que vão propor ao Estado que entre no capital da empresa.

A SLN tem a maioria das dívidas das suas empresas no Banco Português de Negócios (BPN), que até 2 de Novembro fazia parte do grupo. A partir do momento em que o Governo decidiu nacionalizá-lo, o banco ficou também com o problema destas dívidas por resolver.

A ideia dos accionistas é converter a dívida das empresas da SLN em capital, operando através da nova SLN, que passaria a ser accionista da SLN. Em troca, os accionistas estão dispostos a ter na administração gestores apontados pelo Governo.

Uma tal solução acabaria, no entanto, por ter pela frente um obstáculo — a permanência de Miguel Cadilhe no grupo. Cadilhe, que recentemente deixou a presidência executiva para se remeter ao papel de presidente do Conselho de Administração da SLN, tem sido muito crítico com o Governo e com o Banco de Portugal, ao ponto de trocar algumas picardias com o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos. Mas o presidente da SLN já decidiu sair para deixar espaço aos accionistas para resolverem a grave situação financeira em que o grupo se encontra. "Vou sair para deixar os accionistas negociarem e arranjar uma solução", disse ao Expresso.

**A esperança de vender activos**

Mas os accionistas esperam ainda vender alguns activos, nomeadamente imobiliário, para poder reduzir a dívida, apesar da crise que se atravessa. O problema é que esses activos não estão oficialmente no grupo — eram controlados por testas de ferro (ver texto "Empresas e participações fora do balanço da SLN"), pelo que ainda há que regularizar esta situação. A hipótese de venda do grupo foi, no

último ano e meio, apontada como a mais indicada para resolver os problemas que começavam, aos poucos, a despontar. E chegou a haver contactos com potenciais interessados, tendo inclusivamente decorrido negociações, que não chegaram a bom termo.

Quando Miguel Cadilhe chegou ao grupo, em Junho, colocou praticamente todas as empresas não financeiras à venda, para salvar o banco, o que motivou novas expectativas, até porque houve algumas manifestações de interesse. Mas os accionistas parecem ter perdido a esperança de conseguir vender o grupo — e os tempos que se avizinham não auguram nada de bom, pelo que as perspectivas de aparecer um comprador são muito reduzidas.

Uma coisa é certa: houve momentos em que a solução de vender o grupo parecia estar à beira de se concretizar — e só o clima de desconfiança instalado entre accionistas e sobretudo destes em relação ao líder histórico do grupo, Oliveira Costa, terá impedido que se concretizasse o sonho acalentado por alguns de ultrapassar a tempestade com suavidade.

Com o objectivo de atingir uma frente comum, os principais accionistas assinaram um acordo de cooperação no dia 30 de Agosto de 2007, uma espécie de sindicato de voto que lhes permitia controlar a SLN. Deste grupo faziam parte Adelino Silva, Almiro Silva, António Veríssimo, António Cavaco, Avelino Francisco, Fernando Cordeiro, Joaquim Coimbra, Joaquim Abreu e Manuel Neves dos Santos.

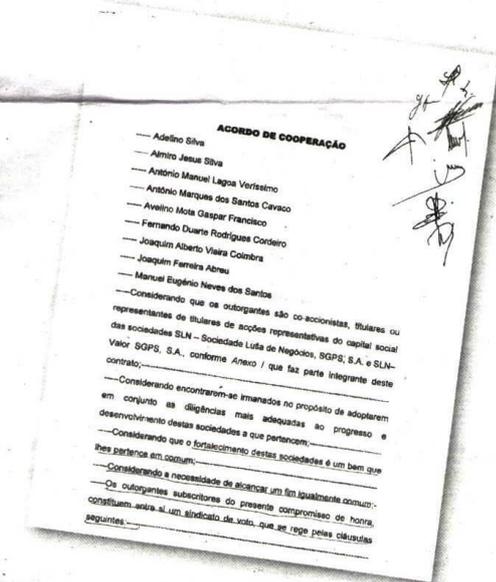
Juntos controlavam 50,34%. Este bloco accionista passou a contar, mais tarde, com Alberto Figueiredo. Através do acordo de cooperação, comprometeram-se a agir de modo uniforme e, na eventualidade de ser feita uma oferta de compra a qualquer um deles, a venda seria feita de forma conjunta, num único bloco. Assumiram também, na altura, que só venderiam as acções por um preço que não fosse inferior a 3,2 euros por acção.

Foram estes accionistas que estiveram por trás da estratégia que levou à saída de Oliveira Costa, cuja presença no grupo começou a ser contestada em Maio de 2007, após a Assembleia Geral em que foi aprovado o relatório e contas. Oliveira Costa acabaria então por sair alegando motivos de saúde, mas também por acreditar que havia accionistas a passar informações para a imprensa, de forma a desestabilizar o grupo, o que o incomodava.

Apesar de se ter afastado, Oliveira Costa acabaria entretanto por vir a tererito para tentar congregor os accionistas em torno de uma solução de venda — total ou parcial — do grupo. Marcou reuniões com os accionistas representados no Conselho Superior, e estes não terão rejeitado a hipótese, pelo que começaram a ser feitos contactos com potenciais compradores. Primeiro foi o grupo americano Carlyle, em representação do Governo angolano, que pretendia ficar com entre 45% e 51% da SLN. A ideia era utilizar a SLN para captar fundos com origem nos negócios petrolíferos de Angola, criar um novo banco neste país e apoiar o desenvolvimento em Angola de negócios em áreas como as infra-estruturas, saúde, agricultura e turismo. Na altura, a SLN foi avaliada em €1,2 mil milhões.

Outras duas hipóteses de venda terão passado por um grupo da Arábia Saudita e pelo próprio Governo líbio, através da estatal LAIP (Lybian African Investment Portfolio). Mas as versões são contraditórias. Enquanto Oliveira Costa se terá queixado de que os principais accionistas tudo fizeram para abortar a venda do grupo, estes terão acusado o ex-presidente de simular estas propostas de compra. Cadilhe disse esta semana que sempre que se preparava para fazer alguma coisa no grupo surgiam hipotéticas propostas de "capitalistas árabes", mas sempre inconsistentes.

ivicente@expresso.imprensa.pt



Em Agosto de 2007, nove accionistas da SLN assinaram um acordo do qual só se podiam desligar se entregassem, a título de cláusula penal, 20% das suas acções

## 'Limpeza' no BPN chega a Cabo Verde

O cenário mais provável para o BPN será a sua venda. Quadros continuam a ser afastados

A venda do Banco Português de Negócios (BPN) pelo Estado é uma das hipóteses mais prováveis nesta fase. A administração do banco, liderada pelo vice-presidente da Caixa Geral de Depósitos (CGD), Francisco Bandeira, já entregou ao Governo a sua análise sobre as saídas possíveis para a situação e essa é uma delas. Outra seria a incorporação no CGD e uma terceira a manutenção do banco sob a alçada do Estado, com uma marca independente. Chegou a ser noticiado que o Montepio

ficaria com os balcões, mas o banco apenas tem confirmado o interesse nesse negócio, embora nada esteja, ao que o Expresso apurou, em cima da mesa. A bola está agora do lado do Governo, que irá decidir o que fazer, com base no relatório apresentado por Francisco Bandeira.

O presidente do BPN tem feito algumas alterações no banco, nomeadamente ao afastar dirigentes que estavam conotados com as administrações de Oliveira Costa, o fundador do grupo, que está neste momento preso preventivamente.

Outra das vitórias de Bandeira foi o arresto decretado contra os bens de Oliveira Costa e da sua mulher. Este arresto

teve sido solicitado pela administração da SLN, liderada por Miguel Cadilhe, e acabou por ver luz verde. Mas o juiz decretou que o beneficiado seria o BPN, agora nas mãos do Estado, e não a SLN, directamente.

Além dos bens de Oliveira Costa e da mulher, o arresto incidu também sobre o património de António Franco. O Expresso sabe que a SLN Valor, principal accionista da SLN, vai pedir à administração de Cadilhe que desista do arresto dos bens destes ex-administrador do BPN, por este estar a colaborar com a justiça e com o Banco de Portugal. Contactado, António Franco confirma ter conhecimento da deliberação do conselho de administração da SLN Valor. "Quem tem colaborado com a justiça não deve ser castigado", afirmou ao Expresso um accionista da SLN Valor. Mas não foi possível confirmar junto da SLN que a decisão de desistir do arresto tenha sido tomada.

António Franco é um dos quadros do BPN que está sem funções, depois de ter

colocado o lugar à disposição com a saída de Oliveira Costa. Um cenário que é comum a outros quadros do grupo. Entre os ex-administradores encontram-se também Teófilo Carreira, Francisco Sanches e José Augusto Oliveira Costa, filho do fundador do BPN, afastado pela actual administração. E entre os directores de primeira linha do banco, cerca de 15 encontram-se nesta situação. Esta semana o afastamento de quadros chegou ao BPN IFT em Cabo Verde, como confirmou fonte do BPN ao Expresso. Inês Santos, chefe do Departamento de Unidade de Operações Internacionais do BPN IFT, e o seu braço direito, Joel Peixoto, foram informados de que as suas funções chegaram ao fim naquele banco, devendo Nuno Mendes, que montou e chefiou a operação naquele país em 2006, e regressou a Portugal em 2007 para a área informática, e Paulo Seródio, ajudar António Nunes, da CGD, que assumiu agora aquelas funções. Contactada, Inês Santos confirma a informação mas não comenta. I.V. e P.L.



**EMPRESAS E PARTICIPAÇÕES FORA DO BALANÇO DA SLN**

**SABRICO**  
Empresa especializada no fornecimento a carros e camiões, com presença no Brasil — cerca de €660 milhões de avaliação para 2008

**SOGIPART**  
Sociedade Imobiliária, que alterou o seu nome em Maio de 2002 de SLN Imobiliária para Sogipart

**PARTICIPAÇÕES**  
23.436.594 acções da SLN SGPS e 7.455.000 acções da SLN Valor dentro do Banco Insular

**PLURIPAR**  
Complexo turístico em Albufeira — 100.237 metros quadrados (m<sup>2</sup>) — €110,5 milhões  
Unidade industrial em Algoz — 78.700 m<sup>2</sup> — €6,7 milhões  
Lote urbano em Algoz — 28.500 m<sup>2</sup> — €4,3 milhões  
Plurineste Lda — cerca de 325 hectares de terrenos junto a Fortaleza, no Brasil — €1,5 milhões  
750 mil acções da SLN SGPS

**PAPREFU, SA**  
Terrenos em Rio Frio — 720.000 m<sup>2</sup> — €315,3 milhões  
Coutadinha — complexo turístico — 420.000 m<sup>2</sup> — €97 milhões  
Domurbanis — antigo edifício do Banco de Portugal em Setúbal — €2,5 milhões

**GESTOPRATA, SA**  
Sociedade Agrícola e Casa Agrícola de Rio Frio — 600.000 m<sup>2</sup> — €326,1 milhões  
Nova Setúbal — 860.000 m<sup>2</sup> — €260 milhões  
Quinta das Fontainhas — loteamento urbano, comércio e serviços na Moita — 117.500 m<sup>2</sup> — €42,4 milhões  
Vale de Migalhas, Beja — 96.000 m<sup>2</sup> — €34,4 milhões  
Sarielhos Grandes — loteamento industrial — 20.672 m<sup>2</sup> — €1,7 milhões  
Janelas de Sant'Ana, Sesimbra — 18.933 m<sup>2</sup> — €10,4 milhões  
Avenida da Liberdade, Sesimbra — complexo habitacional — 20.396 m<sup>2</sup> — €10,2 milhões  
Canada Nova do Ramalho — lotes para habitação em Ponta Delgada — 6024 m<sup>2</sup> — €1,2 milhões  
Estádio do Bonfim — complexo comercial e habitacional — 70.000 m<sup>2</sup> — €28,5 milhões  
Serra de Carnaxide (50%) — loteamento para habitação, comércio e serviços — 225.000 m<sup>2</sup> — €127,1 milhões

Esta lista de empresas consta de uma avaliação feita há cerca de um ano ao grupo, a que o Expresso teve acesso, e que foi usada nas negociações com alguns grupos que manifestaram interesse na compra do grupo SLN. Contactada pelo Expresso, fonte oficial da SLN não conseguiu confirmar que a propriedade destes activos é efectivamente da empresa, embora o presidente do conselho de administração da SLN, Miguel Cadilhe, já tenha referido alguns deles.

# Oposição diz que ficaram evidentes falhas graves do Banco de Portugal

**Durante quatro horas, Miguel Cadilhe deu explicações à comissão de inquérito no caso BPN, depois de Oliveira Costa entrar mudo e sair calado do Parlamento**

Miguel Cadilhe, último presidente do BPN antes da nacionalização do banco a 2 de Novembro, deixou satisfeitos os deputados da comissão de inquérito parlamentar à supervisão e nacionalização do BPN.

O ex-ministro das Finanças e ex-administrador do BCP apontou por diversas vezes o dedo ao Banco de Portugal (BdP), afirmando que o surpreendeu "o grau de incidência de práticas evasivas, pouco transparentes, negócios ruinosos e continuados que o grupo tinha, sem que nada

tivesse sido detectado e travado, por quem tinha poderes e deveres de o fazer". Cadilhe diz que sabia que a situação do grupo era difícil, mas nunca esperou que fosse tão grave. Afirma que assim que entrou em funções mandou fazer uma auditoria externa e extraordinária ao grupo e também ao Banco Insular. Uma afirmação que contraria as informações dadas pelo governador do BdP à Comissão de Orçamento, Economia e Finanças, em que Vitor Constâncio referiu que a auditoria tinha sido feita por sua exigência. Versão que Cadilhe contesta, explicando que, quando o BdP diz que mandou fazer uma auditoria, já a que ele tinha mandado fazer estava a correr. Só depois de a auditoria da Deloitte estar pronta, em Outubro, foram apuradas e

conhecidas as imparidades do grupo: €750 milhões, €350 milhões dos quais imputados ao Banco Insular e €400 milhões ao BPN.

Cadilhe referiu ainda não ter sido informado pelo supervisor bancário da situação real do BPN quando assumiu funções, a 24 de Junho, e afirmou que não fazia ideia das cartas trocadas entre a Procuradoria-Geral da República (PGR) e o BdP em 2004 que demonstram a ligação do grupo BPN ao Banco Insular desde 2004. Cartas essas entregues pelo procurador-geral, Pinto Monteiro, ao Parlamento. A este propósito refere que perguntou a Vitor Constâncio se havia cartas do Banco Insular na PGR, por há anos este estar sob investigação, mas "nada me foi dito". Assim como se surpreendeu

"que não houvesse correspondência entre o Banco de Portugal e o Banco central de Cabo Verde".

Mas os trabalhos da comissão de inquérito parlamentar à supervisão e nacionalização do BPN não começaram da melhor forma. Primeiro foram os incidentes com o BdP, o próprio BPN e a PGR, escusando-se a fornecer informações aos deputados. As barreiras foram ultrapassadas no que diz respeito às informações solicitadas ao BPN e à PGR mas não quanto ao BdP. Segundo vários deputados da comissão, o Banco de Portugal recusou-se a prestar informação alegando segredo profissional. "Só nos resta subir o pedido aos tribunais para que estes possam obrigar o supervisor a conceder a informação solicitada", disseram.

Esta semana a audição de José Oliveira Costa, fundador do BPN e antigo presidente do grupo, surpreendeu, não surpreendendo. Ou seja, entrou mudo e saiu calado, uma atitude expectável para quem está preso preventivamente, mas inflamada pelas informações que saíram na imprensa. O juiz titular da investigação ao BPN, Carlos Alexandre, deu autorização para a deslocação mas terá feito saber que Oliveira Costa podia remeter-se ao silêncio não respondendo às questões dos deputados. De certa forma confirmou a tese defendida pela direcção do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), Cândida Almeida, que não vê com bons olhos a comissão parlamentar de inquérito por esta "ser negativa para a investigação crimi-

nal". Razões que não colhem unanimidade na magistratura. A procuradora-geral adjunta, Maria José Morgado, disse em artigo no "Semanário Económico" que "as comissões de inquérito parlamentar podem prosseguir paralelamente, dado que se desenvolvem independentemente, sem interferências mútuas e com finalidades distintas — a política e a judicial".

Sem prejuízo destas e de outras opiniões, Oliveira Costa deslocou-se ao Parlamento onde o aguardavam não só um batalhão de jornalistas como os seus advogados, e o silêncio imperou durante os 45 minutos que esteve na sala. Apenas leu uma declaração invocando o estatuto processual de arguido para não falar. I.V.



# Accionistas querem Estado na SLN

**Miguel Cadilhe vai sair do grupo** a breve prazo, o que pode facilitar um acordo com o Governo para conversão de dívidas em capital

Os accionistas de referência da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) perderam a esperança de vender o grupo e resolver os graves problemas financeiros por que ele está a passar. Ao longo do último ano e meio foram sendo confrontados com potenciais compradores, alguns apresentados por José Oliveira Costa, fundador do grupo, mas as conversas nunca tiveram sucesso.

Agora consideram que ou conseguem um acordo com o Estado

através do qual este converte as dívidas em capital, tornando-se accionista da SLN, ou terão de fechar portas e mandar quatro mil pessoas para o desemprego.

Prevista está a saída de Miguel Cadilhe da SLN, o que poderá facilitar um acordo com o Estado. Cadilhe sairá a breve prazo por mútuo acordo com os accionistas da SLN Valor porque considera que o que tinha a fazer está feito. Confrontado pelo Expresso, confirma esta informação. P12

**Cadilhe sai da SLN**

O presidente da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), Miguel Cadilhe, vai deixar a empresa a breve prazo, numa altura em que os accionistas de referência consideram que a única forma de salvar o grupo é converter a dívida da SLN no BPN em capital. Isso levaria o Estado a ser um dos maiores accionistas. E12



**Inquérito.** Ex-administrador diz que lhe proibiram auditorias

# Vakil assume que Insular é do BPN

O ex-administrador do BPN diz que para os accionistas era uma mera "transição"

EVA CABRAL

Abdool Vakil assumiu ontem, no Parlamento, que desde Março de 2008 que o Conselho Superior da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) sabia que o Banco Insular era um problema sério para o BPN uma vez que parte das operações não estavam registadas.

O antecessor de Miguel Cadilhe na administração do BPN referiu que para ele "ficou perfeitamente claro que o Banco Insular era propriedade do BPN", frisando que independentemente das dúvidas de natureza jurídica – referidas por Miguel Cadilhe durante a sua audição no Parlamento – mal entrou no BPN reforçou a fiscalização interna tendo verificado que o Insular integrava o universo do BPN.

Na exposição inicial – ontem feita na comissão de inquérito parlamentar ao caso BPN – frisou que a 20 de Fevereiro de 2008 assumiu "a convite de alguns accionistas

de referencia" a presidência da administração do BPN, mas que estes mesmos accionistas cedo lhe deram a entender que era apenas uma "transição" para uma nova administração.

Segundo Abdool Vakil este núcleo de accionistas nunca o deixou, por exemplo, escolher uma equipa para a administração, nem tão pouco avançar com uma auditoria externa ao BPN.

O ex-administrador distribuiu ontem igualmente a sua intervenção na assembleia-geral de 20 de Junho em que na qualidade de presidente cessante da SLN lembrava: "Desde que assumiu funções não tive a possibilidade de mandar fazer qualquer trabalho sério e profundo de levantamento da situação que herdei, embora tenha vindo ao longo destes meses a desenvolver um grande esforço nesse sentido".

Vakil referiu, ainda, o clima de crispação existente entre o BPN e o Banco de Portugal uma vez que este último tinha inúmeras questões colocadas desde 2004 em boa medida por responder e alertava para a necessidade de se resolver a situação do Insular. ■



TIAGO PETINHA - LUSA

**Abdool Vakil garante que não escolheu equipa de administração**



varanda de são bento

Teresa Dias Mendes  
jornalista da TSF

## Perguntas com resposta



Uma a uma, mais de cinquenta perguntas (só o CDS fez 32) feitas a Miguel Cadilhe tiveram resposta. Eis um caso raro. Inédito mesmo. Na quinta feira não houve deputado ou jornalista que pudesse dar o seu tempo por perdido. A audição do antigo presidente do BPN durou quase cinco horas. Cadilhe optou por responder em bloco às perguntas dos grupos parlamentares. Poucas notas tomou e poucas vezes se socorreu da pasta com documentos que levou para a comissão de inquérito. Duas ou três vezes para precisar datas. E no entanto, Miguel Cadilhe não deixou nenhuma pergunta sem resposta. Ao contrário, deixou os deputados sem mais perguntas. Quando terminava de responder ainda interrogava: "Sr.deputado, está esclarecido? Respondi a todas as perguntas que me colocou?". Terá Cadilhe todo o interesse em fazer-se ouvir nesta comissão de inquérito. Mas não é o conteúdo que faz deste exemplo (embora o conteúdo seja o que de facto interessa) um exemplo. É mesmo o simples facto de responder a tudo! Não é infelizmente a regra. Ora se invoca isto ou aquilo, ora se ignoram literalmente as questões, ora se faz de conta. E depois da frustração exibida pela esquerda parlamentar com o silêncio de Oliveira Costa – que invocou dois dias antes o estatuto de arguido –, também parece óbvia a precipitação em decretar que esta seria uma comissão parlamentar de inquérito muda. Assim os deputados, todos os deputados, permitam a vinda à comissão de todos os responsáveis que de facto queiram contar o que sabem e talvez as comissões parlamentares de inquérito reconquistem mérito e proveem utilidade.

**Miguel Cadilhe respondeu, uma a uma, a mais de 50 perguntas**

## Controlo absoluto

- Já não é só nos dias de votação que se fazem contas à presença dos deputados. E na reunião do grupo parlamentar do Partido Socialista, Mota Andrade deixou o reparo. Na véspera, no primeiro debate do ano com o primeiro-ministro, logo após a intervenção de Paulo Rangel, líder parlamentar do PSD, o vice-presidente da bancada do PS contou a saída de mais de 50 deputados socialistas da sala.

## Sem emenda

- No PSD, o número de deputados que abandonaram o plenário deve ter andado pelos mesmos 50. Com a diferença de que nesta bancada só se sentam 75. Aqui a debandada é crónica. Desde o princípio da legislatura que assistimos a este modo de estar. Foi assim com Marques Guedes, com Santana Lopes e agora também com Paulo Rangel. E a culpa é dos líderes?

## Perigo de queda

- São já vários os casos de deputados ou funcionários que escorregam no parque de estacionamento da Assembleia da República. O piso é traiçoeiro. E a vítima desta semana foi Luísa Mesquita, a deputada rebelde que o PCP excluiu do seu grupo parlamentar. Com ironia, alguns parlamentares comunistas perguntavam-lhe no dia seguinte: "Está melhor da rótula esquerda, senhora deputada?"



## DUPLA SALVAÇÃO



Ricardo Costa

rcosta@expresso.impresa.pt

**A comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN é a última esperança para credibilizar um instrumento que caiu em desgraça. A Justiça deve perceber isso e não perturbar os trabalhos no Parlamento. E vice-versa**

A Justiça detesta comissões parlamentares de inquérito. São poucos os juizes, procuradores e advogados que assumem dizê-lo, mas a verdade é essa. Quem investiga, quem dirige a instrução e quem julga não gosta de ver deputados a navegar nas 'suas' águas. Mas a realidade é outra. E o Parlamento tem poderes quase ilimitados para ouvir quem quiser no quadro de um inquérito.

A história das comissões de inquérito é um triste registo de desastres. A falta de profissionalismo, as agendas partidárias e os interesses conjunturais fazem com que os inquéritos parlamentares sejam quase sempre uma anedota que se resume a meia dúzia de audições com algum barulho, muita vaidade e nenhum resultado.

Mas o registo das investigações judiciais em matérias políticas, financeiras e de corrupção

não é melhor. A falta de meios e técnicos, os interesses do momento, os erros processuais e de investigação, e as fugas de informação foram dando à Justiça o mesmo fim.

O caso BPN é uma última oportunidade para a credibilidade das comissões de inquérito. Mas é igualmente para a Justiça. A confiança que os portugueses têm na eficácia das duas instituições é, infelizmente, igual, ou seja, nula.

A ida de José de Oliveira Costa à assembleia, esta terça-feira, foi um péssimo início. Ficou claro que a Justiça não gostou que o tivessem convocado e caucionou o seu silêncio.

Felizmente este é um caso onde muitos podem falar, porque sabem muita coisa e porque há imensos documentos e registos. A verdade no caso BPN só não será descoberta se a Justiça e o Parlamento não fizerem bem o seu trabalho. E podem

fazê-lo sem se atrapalharem. O BPN é um caso de polícia, de fraude, de vigarice. E esse é o campo em que a Justiça deve actuar. E depressa.

Mas o BPN é, também, um caso em que a supervisão bancária funcionou como os capacetes azuis no Ruanda e em que alguns aspectos da nacionalização estão por explicar. Este é o campo do Parlamento.

A Justiça deve investigar, encontrar suspeitos, constituir arguidos, condenar culpados e compensar os lesados.

O Parlamento deve explicar aos portugueses onde falhou a supervisão, se isso se deveu apenas a truques do banco, a passividade ou a desleixo do Banco de Portugal. E deve demonstrar que a nacionalização foi a opção política correcta do Governo.

Se a Justiça e o Parlamento perceberem isto podem salvar a face e prestar um bom serviço ao país. Mas duvido que o façam.



CRISE FINANCEIRA

## Cravinho denuncia crimes das "offshores"

➔ João Cravinho defende que a regulação do sistema financeiro mundial terá de incluir um "ataque" ao "problema dos 'offshores'" baseados numa "prática de malfeitorias".

O membro da administração do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento considera que o recurso a "offshores" tem sido o elemento fundamental da crise financeira, em todos os seus aspectos e de todos os "escândalos" dos últimos anos.

"Temos o caso BCP, o caso BPN, em todos esses casos percebemos que os 'offshores' estão no centro. É absolutamente fundamental nesta crise que se ataque o problema dos 'offshores', porque a sua razão de existir é o segredo que permite toda a espécie de

malfeitorias. Não há outra razão".

João Cravinho diz ainda que o Governo de José Sócrates tem capacidade de intervir sobre a matéria, não só devido à cooperação internacional, mas também por existir em Portugal, nomeadamente na ilha da Madeira, um "centro financeiro com vigência aprazada".

"O Governo português terá aqui uma palavra a dizer, não só sobre a Madeira, mas sobretudo sobre o regime internacional. O próprio Governo tem material extremamente importante - em breve através do caso Furacão, do caso BPN - demonstrativo da bondade dos 'offshores'".

Cravinho acrescenta que a crise foi motivada por uma "perda completa da noção de risco". ■

## CASO BPN

# Vakil diz que desconhecia ligações com banco de Cabo Verde

► O antigo presidente do BPN garantiu ontem que durante anos desconheceu as ligações entre o grupo SLN e o Banco Insular de Cabo Verde: “Só com muito esforço descobri que o Banco Insular era controlado pela Sociedade Lusa de Negócios [SLN, que detinha o BPN]”, afirmou Abdool Vakil.

Durante a audição na Comissão Parlamentar de Inquérito à nacionalização do BPN, Vakil, que exerceu a presidência do grupo SLN/BPN entre Janeiro e Junho de 2008 (após a saída de José de Oliveira e Costa), acrescentou que sempre pensou que, quando o grupo comprou a corretora Fincor, em

2002, o Banco Insular ficara “fora do negócio”.

Segundo afirmou, foi apenas após tomar posse como presidente da SLN que tomou conhecimento de que o Insular era detido pelo grupo através de ‘offshores’.

O banqueiro, que continua à frente do Efisa (banco de investi-

mento do grupo), explicou que durante o seu mandato tentou melhorar as relações com o Banco de Portugal, que desde 2007 se caracterizavam por um “estado de crispção” devido à forma como Oliveira e Costa lidava com a supervisão.

O responsável disse ainda que desde que assumiu a presidência do grupo SLN/BON trabalhou para

“mudar o paradigma do relacionamento com o Banco de Portugal”.

“Constatei que na data de início das minhas funções havia 157 pedidos de informação do Banco de Portugal que estavam sem resposta. Até à data da minha renúncia [em Junho de 2008] tinham sido respondidos 121”, revelou Abdool Vakil. ■

## Finanças

# Oliveira Costa está preso por denúncia de Miguel Cadilhe

As provas que sustentam a prisão preventiva do ex-presidente do BPN foram recolhidas na Operação Furacão.

FRANCISCO TEIXEIRA | fteixeira@economicasgps.com

Quis o destino que fosse Miguel Cadilhe, ex-ministro das Finanças, a determinar a prisão preventiva do seu ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, José Oliveira Costa. Os dois presidiram ao Banco Português de Negócios sendo que foi a denúncia de Cadilhe ao Ministério Público que levou à detenção do fundador do banco.

A confirmação foi dada ao Semnário Económico por Cândida Almeida, que explica que o Departamento Central de Investigação e Acção Penal que dirige recebeu duas queixas ("Uma do dr. Miguel Cadilhe, outra do Dr. Vitor Constâncio") embora já existissem "elementos recolhidos pela Operação Furacão". A denúncia de Cadilhe e as provas já recolhidas decretaram a aplicação da mais grave medida de coacção ao antigo banqueiro que viu, desde 20 de Novembro, o seu processo "autonomizado". Agora estão previstas "uma série de diligências que o magistrado que tem este processo e que está a trabalhar praticamente noite e dia tem de ir cumprindo".

Esta semana o Banco Português de Negócios voltou à ribalta. Primeiro, foi Oliveira e Costa que foi chamado a depor, na terça-feira, na Comissão Parlamentar de Inquérito ao BPN, mas entrou mudo e saiu calado, alegando o segredo de justiça e a sua condição de arguido. Cândida Almeida, que cedo se mostrou contra a realização de uma investigação política em paralelo com a investigação criminal que coordena, precisamente pelas mesmas razões, remete-se agora ao silêncio. Diz que percebe "a importância deste processo" e que é "sensível ao facto deste caso ser muito importante para o sucesso do país".

O segundo momento da semana que deu um novo fôlego em público ao caso BPN, teve como protagonista Miguel Cadilhe. Muito crítico de Vitor Constâncio e da nacionalização decretada pelo Governo, o ex-ministro das Finanças falou no Parlamento, na quarta-feira,

**"Não sou pressionada. Tenho consciência de que as pessoas tem um nome a defender mas se houver indícios somos todos iguais perante a lei".**

para explicar que dos aspectos "surpreendentes" que encontrou no BPN se destacou "um esquema que funcionou durante largos anos onde era usado ilicitamente o dinheiro dos depositantes". No total, Cadilhe encontrou "94 sociedades 'offshore', dignas de configurar num manual de como ter barrigas de aluguer". Daí que, conclua Cadilhe, "é impossível" que o Banco de Portugal não conhecesse a ligação entre o BPN e o Insular onde foi detectada, na auditoria da Deloitte, uma imparidade total de 750 milhões de euros (400 milhões no BPN, 350 no Banco Insular).

A procuradora-geral Adjunta, Cândida Almeida, é uma magistrada experiente e, apesar de não desvalorizar o que se passou no BPN, lembra que foi outro o processo que a colocou em xeque: "A pressão da minha vida, e aí era uma questão de morte ou de vida, foi com as FP-25. Tinha a cabeça a prêmio e fui até ao fim". Agora é diferente mas o princípio é o mesmo. Insiste. "Não sou pressionada. Tenho consciência de que as pessoas tem um nome a defender mas se houver indícios somos todos iguais perante a lei".

Enquanto a justiça promete celeridade e objectividade, no Parlamento prossegue a investigação coordenada pelos deputados. Confirmada está a ida de Dias Loureiro (ex-administrador do banco), António Marta (ex-vice-governador do Banco de Portugal), Duarte Nunes e Carlos Santos (funcionários do BdP).

Após a audição destas sete personalidades os deputados decidiram se vão ouvir Teixeira dos Santos, Vitor Constâncio e Francisco Bandeira (actual presidente do banco). ■

João Paulo Dias



Cândida Almeida é o principal rosto da investigação ao BPN, tendo entre mãos a



## Abdool Vakil salienta pressão de Vítor Constâncio sobre os casos no BPN

**Abdool Vakil revelou ontem que encontrou no BPN 157 pedidos de informação do Banco de Portugal por responder.**

**SANDRA ALMEIDA SIMÕES**  
ssimoes@economicasqps.com

Numa altura em que se multiplicam as críticas à forma como o Banco de Portugal (BdP) lidou com as alegadas irregularidades praticadas pela antiga administração do Banco Português de Negócios (BPN), Abdool Vakil interrompe o ciclo.

Desde a nacionalização do BPN, as vozes da oposição à actuação de Vítor Constâncio têm surgido dos mais variados quadrantes político-económicos. No entanto, é Miguel Cadilhe, o último presidente antes da nacionalização do banco, quem tem protagonizado as maiores acusações à supervisão bancária. Uma atitude oposta à adoptada ontem por Abdool Vakil, na Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso BPN, ao revelar que se deparou com inúmeros pedidos de informação do supervisor, quando antecedeu Cadilhe ao assumir a presidência interina do BPN, em Fevereiro de 2008. Pedidos de informação aos quais a anterior gestão nunca respondeu.

Abdool Vakil surge assim como o primeiro e, até ao momento, único ex-responsável do BPN que não acusa o BdP de falha de supervisão.

Numa declaração inicial aos deputados, Vakil garantiu que nunca esteve envolvido na gestão do BPN, até à data em que assumiu a presidência e revelou que, no total, existiam 157 pedidos de informação do BdP por responder. O teor das questões baseava-se na identificação de beneficiários últimos de veículos "off-shores", garantias de crédito detidos através de acções SLN, acções próprias detidas pelo grupo sem estarem contabilizadas, entre outras. Durante os quatro meses em que assumiu a presidência do banco, Vakil respondeu a 121 pedidos. Até Junho, altura em que Miguel Cadilhe assume a liderança do grupo, Abdool recebeu mais 100 pedidos de esclarecimento, respondendo a 60.

"Não posso comentar a actuação do BdP, nem faço juízos de valor, mas infelizmente têm acontecido problemas pelo mundo fora, como aconteceu com o Madoff. Mas não estou a defender o BdP", justificou Vakil.

O ex-responsável não soube precisar a data em que as perguntas foram colocadas ao BPN, mas garantiu que "a crispação" existente entre o BdP e o BPN começou em 2007.

Abdool contou ontem aos deputados que, em Março do ano passado, foi ao Banco de Portugal dizer que queria iniciar "uma nova fase de relações com o supervisor", acrescentando que foi o exaustivo levantamento de informação, que desencadeou para dar resposta ao supervisor, que lhe permitiu detectar as relações comerciais entre a SLN e o Banco Insular de Cabo Verde, "balcão virtual" responsável pelo buraco financeiro na 'holding'.

Ainda no decorrer da audição a Abdool Vakil, soube-se que o BPN afinal foi alvo de "pressão" por parte do governador do BdP. "O Banco de Portugal estava muito zangado, farto de não ter resposta, e ameaçava impossibilitar o BPN de angariar depósitos ou fazer operações de crédito", contou Abdool Vakil.

Vakil afirmou igualmente que foi "inibido de tomar quaisquer medidas extraordinárias" no grupo, dado o carácter transitório da sua presidência. Assegurou, contudo, que apresentou informação relevante aos acionistas, como o facto de a SLN estar a atribuir créditos a veículos off-shore cujo dono efectivo era a própria SLN, "como forma de financiamento de actividades do grupo". ■

“  
O Banco de Portugal [...] ameaçava impossibilitar o BPN de angariar depósitos ou fazer operações de crédito, revelou Abdool Vakil, ontem na Comissão de Inquérito ao caso BPN.



ID: 23481039

17-01-2009

ENTREVISTA

# Cândida Almeida diz que Oliveira Costa está preso por causa de Cadilhe

Directora do DCIAP afirma que prisão do ex-presidente do BPN se deve à denúncia de Miguel Cadilhe e a provas reunidas na Operação Furacão. | P32



## Abdool Vakil continua interessado em comprar o Efisa

● Não sei precisar”, “desconheço”, “não foi no meu tempo”, “não sei”. Foi esta mensagem que Abdool Vakil deixou ontem à comissão de inquérito do caso BPN. No meio de tantas dúvidas, há uma certeza: o antigo presidente do grupo SLN/BPN mantém interesse em recomprar o Banco Efisa.

“Continuo interessado em adquirir a Efisa [que está agora na esfera pública], mas tudo depende das condições”, declarou Vakil, quando falava aos jornalistas. Vakil frisou mesmo que a instituição, “é como se fosse uma filha, pois fui eu que a criei” em 1998: “É o meu bebé.”

A intenção de recomprar o Banco Efisa (que vendeu ao BPN em 2001) já tinha sido manifestada em Outubro, a Cadilhe. De acordo com Vakil, Cadilhe, que era então presidente do BPN, não respondeu. Uma afirmação que Cadilhe contestou ontem em comunicado, garantindo que rejeitou a oferta de Vakil, depois de a ter “apreciado”, pois o seu preço era “inaceitável”. Posição que foi “comunicada pessoalmente” por Cadilhe a Vakil.



Abdool Vakil e Miguel Cadilhe, dois ex-líderes do BPN, prestaram declarações contrárias sobre o Banco Insular de Cabo Verde

Ao longo da audição, as respostas do administrador do Efisa contradisseram algumas afirmações que tinham sido prestadas na véspera, na mesma comissão, por Cadilhe. A mais relevante prende-se com a titularidade do Banco Insular de Cabo Verde, que serviu para ocultar perdas superiores a 400 milhões de euros. Se Cadilhe garantiu que a sua administração não assumiu a titularidade do banco caboverdiano porque não tinha elementos para o fazer, já Vakil não tem dúvidas de que o Insular faz parte da SLN.

O banqueiro explicou que, quando tomou posse, em Fevereiro, foi chamado ao Banco de Portugal (BdP), para falar sobre irregularidades no Insular. Mas, afirmou, nessa data ainda não era possível determinar a relação entre os dois bancos, nem tão pouco dar resposta a cerca de 157 questões que o supervisor tinha enviado à gestão presidida por Oliveira e Costa e que nunca foram esclarecidas. Vakil e a sua equipa iniciaram então um “exaustivo levantamento de informação”, que permitiu responder à maioria das perguntas do BdP sobre os 94 veículos *off-shore* e determinar a existência de relações comerciais entre o BPN e o Insular. “Os primeiros indícios da titularidade do Insular surgiram em Maio” e foram comunicados por Vakil ao BdP em Junho, antes de deixar a liderança. Mas, num documento que divulgou aos accionistas em Março, e revelado pelo deputado do PP, Nuno Melo, Vakil já mencionava a existência, no Banco Insular, de 585 milhões de euros em depósitos do BPN e de operações fora de balanço, sugerindo mesmo a venda do Insular. **Cristina Ferreira e Ana Brito**